

XVII Congresso Brasileiro de Sociologia
20 a 23 de Julho de 2015, Porto Alegre (RS)

GT11 - Relações raciais e étnicas: desigualdades e políticas públicas

**A política de cotas raciais no Brasil segundo a percepção de 160 negros
cariocas, segundo classe e gênero**

Samara Lima Tavares Mancebo Lerner
Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ

Junho de 2015

Apresentação e Metodologia

Desde meados dos anos 90 os temas do racismo, da discriminação e das desigualdades raciais vem ganhando mais espaço na agenda de debates e nas políticas públicas para enfrentamento das desigualdades no Brasil (Datafolha, 2008). Nos anos 2000, por sua vez, o país acolheu a primeira experiência de políticas de cotas para pretos e pardos, no ensino superior. Do início dessa década, com a implementação de tal política na UERJ (2003), até os dias atuais, observamos que a grande maioria das universidades públicas brasileiras apresenta algum tipo de política de ação afirmativa para o acesso de pretos, pardos e/ou pessoas com baixa origem social e que tenham cursado ensino básico em escola pública (Heringer et al., 2009). Tais políticas, a exemplo de países como os EUA, foram criadas com o intuito de promover a inclusão de uma minoria historicamente prejudicada em suas oportunidades sociais e educacionais. No lastro desse objetivo, intentava-se também ampliar o debate sobre o racismo, a discriminação e as desigualdades inter-raciais. Nesse caso, o acesso à universidade se torna assaz importante. Não obstante sua importância para o enfrentamento das desigualdades sociais, a adesão a tais políticas não é unânime. O tema é polêmico e vem dividindo opinião tanto na sociedade civil quanto no meio acadêmico.

Na academia, observam-se dois discursos opostos sobre a reserva de vagas para os pretos e pardos: um favorável, que defende a diversidade cultural e racial nas universidades, a democratização do ensino superior e a diminuição das desigualdades de oportunidades entre brancos e não brancos; outro, contrário, que se posiciona em defesa da manutenção de políticas universalistas, argumentando que a política de cotas – focalizada para atender a uma minoria – fere nossa tradição de mestiçagem, a meritocracia, e fomenta a racialização da sociedade. Valores, crenças e estigmas cortam ambos os discursos e dão vida a repertórios importantes para compreendermos as relações raciais no Brasil. Esse trabalho visa contribuir para a discussão sobre relações raciais e políticas públicas para enfrentamento de desigualdades raciais no país, a partir da análise da percepção de 160 negros, homens e mulheres de classes média e trabalhadora, sobre a adoção de tais políticas no ensino superior, destacando seus repertórios sobre tais políticas. As percepções dos entrevistados serão apreendidas a

partir da análise das entrevistas em profundidade realizadas com o público-alvo do estudo, e contribuirá para iluminar os valores e estigmas que exercem influência sobre seus repertórios; as lentes através das quais os entrevistados percebem as relações raciais e as políticas para sua inclusão no ensino superior; e em que medida suas percepções variam conforme o gênero e a classe de pertencimento.

Interessante destacar que pesquisas de opinião recentes como a do Datafolha (2008) e Ibope (2013), por exemplo, demonstram que indivíduos com maior renda e escolaridade tendem a ser contrários às políticas de cotas racialmente orientadas. O que observei ao analisar as referidas entrevistas foi que, dentre os profissionais de classe média, pouco mais da metade aprovou a adoção de políticas de cotas, ao passo que dentre aqueles da classe trabalhadora, com menor renda e escolaridade, portanto, a maioria mostrou-se contrária a esse tipo de ação afirmativa. Os repertórios, no entanto, apresentam-se de forma bastante semelhante, compartilhando os mesmos temas e, porque não dizer, dando vida aos mesmos estigmas e valores que, portanto, atravessam incólumes as fronteiras de classe e gênero quando se trata das relações raciais. Nota-se, no entanto, que alguns temas aparecem mais nos discursos de um grupo do que do outro, o que desenvolveremos no decorrer desse artigo.

Os discursos analisados neste trabalho provêm de um projeto de pesquisa desenvolvido pela Universidade de Harvard, em parceria com o Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Desigualdade (NIED), da Universidade Federal do Rio de Janeiro, intitulado: “A Comparative Study of Responses to Discrimination by Members of Stigmatized Groups” (Lamont e Mizrachi, 2012; Silva, 2012; Silva e Reis, 2012). O projeto foi desenvolvido entre 2007 e 2009, no Brasil, EUA e Israel, países onde foram realizadas aproximadamente 150 entrevistas em profundidade com grupos estigmatizados, de ambos os sexos, pertencentes à distintas classes sociais. Neste artigo, focarei dois grupos entrevistados no Brasil: o primeiro com 80 profissionais negros pertencentes à classe média carioca e o segundo abarcando 80 negros pertencentes à classe trabalhadora também residente na cidade do Rio de Janeiro.

A seleção dos 160 entrevistados obedeceu a critérios gerais e específicos, segundo sua classe de pertencimento, média ou trabalhadora. Todos os casos selecionados deveriam se identificar como pretos ou pardos (segundo codificação do

IBGE)¹ e ter entre 25 e 60 anos. A proporção de homens e mulheres selecionados deveria ser igual dentro de ambos os grupos. No caso dos entrevistados provenientes da classe média, estes deveriam ser graduados em profissões de prestígio como direito, engenharia, medicina, economia, jornalismo, etc.; e estar trabalhando no momento da entrevista em ocupações de prestígio e em áreas econômicas tradicionais (saúde, serviço público, bancos, telecomunicações, etc.) da cidade Rio de Janeiro. Cabe destacar que a identificação dos entrevistados como pertencentes a uma classe média, na pesquisa, obedeceu à sua formação e atuação profissional, como demonstram os requisitos para sua seleção. No caso da classe trabalhadora, seu recrutamento exigiu que os selecionados possuísem ensino médio completo, estivessem há pelo menos 1 ano em um emprego formal e não tivessem nenhuma participação prévia em atividades acadêmicas ou de marketing.²

Dentre os entrevistados de classe média estão homens (40) e mulheres (40) economistas, contadores, analistas de sistemas, médicos, enfermeiros, fonoaudiólogos, assistentes sociais, engenheiros, advogados, psicólogos, jornalistas, comunicadores, professores universitários, pesquisadores, bibliotecários, militares, guias turísticos, e funcionários públicos de várias categorias. Dentre aqueles respondentes da classe trabalhadora, encontram-se homens (40) e mulheres (40) nas seguintes ocupações: vendedores, auxiliares administrativos, trabalhadores industriais, operadores de telemarketing, encarregados de serviços gerais, seguranças, motoristas, cabeleireiras, secretárias, garis e recepcionistas. Todos os 160 entrevistados se definiram como pardos ou pretos – quando diante dos códigos do IBGE. Além dessa identificação, dentre os 80 entrevistados de classe média, 64 identificaram-se espontaneamente como negros. Na classe trabalhadora, 49 dos 80 entrevistados autodeclararam-se negros. Os demais definiram-se como pretos, pardos, mulatos, morenos ou preferiram não se definir. Pode-

¹ Os entrevistados foram confrontados com duas questões raciais: uma dada livremente por eles (auto-identificação), outra dada com base nas categorias oficiais do IBGE (preto, pardo, branco, indígena, amarelo). Nesse artigo, uso o termo negro para me referir aos entrevistados – ao invés de pretos e pardos – com o intuito de marcar mais claramente as desigualdades entre brancos e não brancos no país.

² Nos últimos anos, tem se discutido sobre a criação de uma nova classe média no país, compostas por indivíduos que passaram a usufruir de carteira assinada, acessar a universidade e bens sociais que até bem pouco tempo não os alcançava como previdência social e crédito imobiliário, por exemplo (Neri, 2008). Se um paralelo fosse feito com a população-alvo de nossa pesquisa, poderíamos comparar essa nova classe média ao que compreendemos por classe trabalhadora, nesse estudo.

se adiantar que não foram observadas diferenças nos repertórios dos entrevistados, segundo pertencimento identitário.

No que tange à escolha do local para a seleção dos casos, a cidade do Rio de Janeiro foi escolhida por sua importância para os propósitos da pesquisa (Silva e Reis, 2011). Como uma grande metrópole, o Rio de Janeiro conta com grandes empresas públicas e privadas, nas mais variadas áreas de ocupação e, sobretudo, naquelas tradicionais que são do interesse do estudo. Além disso, é também a metrópole com maior percentual de negros do país, favorecendo, por sua vez, a seleção tanto dos trabalhadores negros quanto dos profissionais ocupados em postos de prestígio, em áreas econômicas tradicionais da cidade. Somado a isso, a cidade foi a primeira, no Brasil, a abrigar o sistema de cotas raciais para ingresso à universidade. É importante frisar que a escolha do Rio de Janeiro torna a pesquisa – e esta análise que desenvolvo a partir dela – não representativa do universo nacional, o que limita generalizações. Por outro lado, torna possível estabelecer correlações importantes para pensar as relações raciais no Brasil.

No que respeita à forma de seleção dos casos, destaca-se que os entrevistados da classe trabalhadora foram selecionados na rua, em bairros de classe trabalhadora com base nos requisitos informados anteriormente. Assim como os entrevistados da classe média, aqueles não tinham conhecimento de que a pesquisa consistia em um estudo sobre a questão racial no Brasil. Para a seleção dos entrevistados da classe média, foi utilizada a técnica da bola de neve, que diz respeito à prática de pedir aos entrevistados que recomendem outros respondentes ao pesquisador. A escolha dessa técnica respondeu à falta de dados sobre profissionais negros no Brasil. Para tentar superar essa limitação, cada entrevistado indicou até dois outros respondentes identificados por eles como negros. Um benefício do emprego dessa técnica, portanto, foi a maior facilidade para chegar aos entrevistados. Uma limitação, o fato dos entrevistados mostrarem-se mais propensos a construir uma rede social ao final da pesquisa, do que se tivessem sido selecionados por amostragem aleatória. (Small, 2009).

A abordagem do tema das cotas raciais ocorreu durante as entrevistas, tanto de forma direta – quando questionados sobre sua opinião a respeito das políticas de ação

afirmativa e, mais especificamente, sobre a modalidade de cotas raciais para acesso ao ensino superior – quanto de forma indireta, sendo levantado espontaneamente pelos entrevistados quando tratavam da questão das desigualdades e discriminação raciais no Brasil.

A população-alvo desse estudo é composta somente de indivíduos autodeclarados pretos ou pardos, o que torna nosso interesse em conhecer suas opiniões sobre a reserva de vagas para negros em universidades ainda maior. Como objeto de tais políticas, conhecer o que pensam e os motivos que os levam a aprovar ou rechaçar a política de cotas contribuirá para o conhecimento das relações raciais. Além disso, analisar a percepção de dois grupos específicos de negros – o da classe trabalhadora e de profissionais de camadas médias – contribuirá para iluminar os valores e estigmas presentes e de maior influência em seus repertórios, chamará atenção para diferenças e semelhanças em seus discursos que possam estar relacionadas ao seu pertencimento de classe e ao gênero, e nos dará pistas sobre como os negros entrevistados percebem as relações raciais e as políticas educacionais para sua inclusão no ensino superior. Por fim, intenta-se com esse artigo também observar em que medida as percepções dos entrevistados se relacionam com os resultados dos referidos surveys nacionais.

A política de cotas na percepção de negros de classe média e trabalhadora, no Rio de Janeiro

A adoção da política de cotas raciais no ensino superior, iniciada na última década, trouxe para arena pública o debate sobre temas de difícil abordagem na sociedade brasileira e que, até então, estavam restritos ao meio acadêmico e ao Movimento Negro (Paiva 2013; Heringer et al., 2009). Temas como a inserção desigual do negro na sociedade; a compreensão do racismo e da discriminação racial como fatores envolvidos na manutenção das desigualdades entre brancos e negros; e a adoção de ações afirmativas para enfrentamento dessas desigualdades passaram a ser mais amplamente debatidos na sociedade civil, após a implantação do sistema de cotas no vestibular da UERJ, em 2003. Daí em diante, várias foram as universidades que aderiram a essa

política, sobretudo a partir de 2012, quando o Supremo Tribunal Federal assegurou a constitucionalidade de tal medida.

Desde meados dos anos 2000, portanto, a implementação da política cotas raciais tem suscitado acalorado debate e dividido opiniões, tanto na sociedade civil quanto no meio acadêmico, permitindo vislumbrar, com alguma clareza, dois discursos principais: 1) o primeiro deles, em favor das cotas raciais, que defende a reparação a indivíduos e grupos histórica e etnicamente subordinados e discriminados, a aceleração do processo de formação de uma elite negra na sociedade, a diversidade cultural nas universidades, a democratização do acesso ao ensino superior, o combate à desigualdade de oportunidades sociais e educacionais entre brancos e negros, e etc. A defesa de tal política focalizada para negros tem como pano de fundo, o reconhecimento do racismo e da discriminação racial como categorias importantes para pensar a manutenção das desigualdades entre brancos e negros no país (Feres Jr. e Campos, 2013; Heringer, 2004; Heringer et al., 2009; Machado, 2010; Paiva e Almeida, 2010; Paiva, 2013); 2) O discurso contrário às cotas raciais aparece fundamentado na chamada tradição de mestiçagem, na defesa da mistura como elemento constitutivo da identidade nacional. Seus críticos argumentam que tais políticas trarão como consequência a racialização da sociedade brasileira e, ao invés de combater, elas criariam um racismo que não existe no país. Além disso, as cotas seriam ineficientes para atacar as desigualdades entre brancos e negros (Fry et al., 2007; Fry e Maggie, 2004; Maggie e Fry, 2004). Por fim, esse discurso posiciona-se em defesa da manutenção de políticas universalistas que, ao invés de discriminar positivamente os negros, focam em formas de enfrentamento que privilegia investimentos na educação básica, de modo a nivelar as condições de acesso dos candidatos ao ensino superior (Maio e Santos, 2005).

A implementação de políticas de ação afirmativa no ensino superior vem suscitando o desenvolvimento de várias pesquisas acadêmicas com o objetivo de avaliar o processo de inclusão dos negros através das cotas, assim como seus possíveis efeitos sobre as desigualdades sociais (Contins, 2004; Machado, 2010; Paiva e Almeida, 2010). Pesquisas de opinião também vem sendo realizadas para tentar aferir o que pensam os brasileiros sobre tais políticas (Datafolha, 2008; Ibope, 2013). Os institutos de pesquisa, Datafolha e Ibope, por exemplo, ao questionar seus entrevistados sobre a reserva de

vagas para negros em universidades públicas, concluíram que parte considerável da população é favorável à adoção de políticas de ação afirmativa para acesso ao ensino superior. O Datafolha concluiu que 51% da população aprova a reserva de vagas para negros nas universidades públicas. Esse percentual aumenta para 86% quando as cotas, ao invés de negros, privilegiam pessoas pobres e de baixa renda. Ou seja, o apoio ao tipo de cota social é maior que àquele dado à cota racial. Os resultados da pesquisa Datafolha (2008) ressaltam ainda uma tendência à diminuição da aprovação às cotas raciais conforme aumentam o grau de escolaridade dos indivíduos e sua renda familiar. O Ibope apresentou resultados similares poucos anos depois (2013). Segundo esse instituto, mais da metade da população (62%) aprova simultaneamente as cotas para negros, estudantes de baixa renda e egressos da rede pública de ensino. As cotas raciais, especificamente, contam com a aprovação de 64% dos entrevistados. Um recorte por classe e escolaridade, permitiu observar também que o percentual de aprovação às cotas – sociais e raciais – diminui conforme o aumento da renda familiar e da escolaridade, sendo a recusa à essa modalidade de ação afirmativa, portanto, maior entre os indivíduos com ensino superior e menor entre aqueles que ganham até um salário mínimo.

Como já foi sinalizado anteriormente, a população-alvo desse estudo constitui-se de dois grupos: 1. entrevistados que possuem ensino superior completo e ocupam posições de prestígio na estrutura ocupacional da cidade do Rio de Janeiro; e 2. entrevistados com nível médio de ensino, sem relação com atividades acadêmicas ou de marketing. A comparação de seus discursos com os resultados dos surveys nacionais revela algumas questões interessantes para o debate.

Seguindo na mesma direção dos referidos surveys, a maior parte dos entrevistados de classe média demonstrou apoio às cotas. Quarenta e um entrevistados mostraram-se favoráveis à reserva de vagas para negros, 10 mostraram-se ambíguos em relação às cotas raciais, mas relativamente favoráveis ao tipo social, com foco na classe e/ou origem escolar. Apenas 26 dentre os 80 entrevistados rejeitaram a política de cotas como forma de inclusão do negro na sociedade. Pode-se tomar esses resultados como relativamente coincidentes com a pesquisa Datafolha e Ibope. A comparação desse público-alvo com aqueles selecionados da classe trabalhadora, no

entanto, contraria os resultados dos surveys nacionais, na medida em que os negros entrevistados com menor escolaridade e renda mostraram-se, em maioria, contrários a adoção de políticas de cotas raciais: 54 dentre os 80 respondentes da classe trabalhadora. Apenas 20 aprovaram tal política e 3 mostraram-se ambíguos em suas respostas, ressaltando os prós e os contras do emprego de ações afirmativas para negros³. Seu grau de escolaridade e posição socioeconômica menos privilegiado (em relação aos profissionais de classe média) não os levaram, em maioria, a aprovar a adoção de políticas de cotas para negros no ensino superior, como ocorreu entre os respondentes da classe média. Isto é, a tendência observada nos surveys de maior aprovação às cotas conforme menor renda familiar e escolaridade não foi encontrada no estudo analisado. A compreensão dessa diferença pode estar relacionada ao fato dos entrevistados serem simultaneamente negros e de classe trabalhadora, o que os faz lidar mais de perto com a discriminação e estigmas relacionados à sua cor e classe – hipótese que sustentaremos adiante. De qualquer forma, o fato da população entrevistada não ser representativa da população nacional, como nos surveys, torna tal comparação um pouco limitada. Desse modo, mais interessante, para esse estudo, do que focar os números de respondentes favoráveis ou contra as ações afirmativas raciais, será lançar luz sobre seus repertórios, isto é, sobre os argumentos que elencam para justificar seu apoio ou recusa às cotas. Desde já destaco que a análise de tais repertórios permitiu apreender mais similaridades do que diferenças nos discursos de ambos os grupos de negros, tornando observáveis os valores, os medos e estigmas presentes na forma como enxergam e vivenciam as relações raciais no Brasil. Cabe destacar que o gênero do entrevistado, assim como sua identificação racial, não implicou diferenças significativas em suas percepções sobre as cotas raciais.

De modo geral, contrários ou a favor da reserva de vagas para negros no ensino superior, as percepções dos entrevistados de ambas as classes, sobre as cotas raciais, apontam para repertórios muito próximos e semelhantes àqueles utilizados na defesa ou recusa da implementação de tais políticas, apontados pelas pesquisas acadêmicas sobre o tema. Presentes em seus repertórios estão a defesa das cotas em nome da

³ Seis entrevistados – 3 da classe trabalhadora e 3 da classe média – não se pronunciaram a respeito do tema.

desigualdades de oportunidades que acomete os negros no Brasil; a baixa qualidade do ensino público majoritariamente acessado por eles; a expressiva presença de negros entre os estratos mais baixos de renda; sua sub-representação nas universidades brasileiras e nas profissões mais qualificadas no mercado; a defesa da diversidade cultural no ensino superior, bem como sua democratização; a importância de reparação a um grupo historicamente discriminado; e a necessidade de inclusão dos negros como forma de combate ao racismo e à discriminação ainda presentes na sociedade brasileira.

Por outro lado, entre os entrevistados contrários às cotas raciais, os temas que constituem seus repertórios apontam para a racialização da sociedade e recrudescimento do preconceito e da discriminação raciais devido a reserva de vagas; a defesa do esforço individual e do mérito como formas de acesso ao ensino superior, a igualdade como um direito universal a ser preservado, a mistura como constituidora da sociedade brasileira e empecilho para definição do público-alvo das cotas; além do receio dos entrevistados de que o negro seja visto como *incapaz, inferior, coitadinho e limitado* quando objeto das políticas de ação afirmativa. As desigualdades de oportunidades sociais e educacionais que marcam as relações entre brancos e negros no Brasil também aparecem como um fato nos discursos dos contrários às cotas, mas não como sendo influenciada pelo critério racial, e sim pelas desigualdades entre classes e no tipo de ensino (público ou privado) acessado. Para esses entrevistados, brancos e negros não estariam em “pé de igualdade” na sociedade e no ensino superior devido a questões econômicas, por serem maioria entre os mais pobres da população e por acessarem um ensino público de baixa qualidade, que não os habilita a ingressar no ensino superior. Neste artigo, chamaremos atenção para os temas mais recorrentes nos discursos dos entrevistados.

Um dos argumentos mais recorrentes em favor das cotas gira em torno da compreensão de que não há igualdade de oportunidades entre negros e brancos no Brasil. Estudos recentes como o de que Paixão (et al., 2011), Neves, (2012) e Ribeiro (2009), por exemplo, ratificam essa impressão e seguem reforçando a existência de desigualdades entre os referidos grupos, tal qual o iluminou Hasenbalg (1979) décadas atrás. Em seu estudo sobre a desigualdade de oportunidades no Brasil, Carlos Antônio Ribeiro ratificou a persistência de desigualdades inter-raciais no país. Segundo o

sociólogo, classe e raça exercem forte impacto sobre as chances de realização escolar dos indivíduos, e embora destaque que a classe exerça maior influência do que raça, esta última ganha peso especial nas transições mais altas (ingresso e conclusão do ensino superior). Isto é, os efeitos da raça sobre as chances dos indivíduos de fazer as transições escolares aumentam conforme se sobe na hierarquia socioeconômica. Sendo a educação formal uma das mais importantes vias para a mobilidade social e consequente ascensão socioeconômica, as desigualdades de oportunidades educacionais acabam tendo impacto relevante sobre o alcance de ocupações de prestígio no mercado, o que, por sua vez, exige qualificação educacional. Esse foi um ponto largamente apontado por nossos entrevistados, como pode ser visto no discurso de um guarda municipal:

“Enquanto o Brasil não deixar de ser preconceituoso e racista tem que ter um meio da gente chegar a algum lugar. Pessoas dizem que não precisa de cotas, mas precisa sim porque você chega lá na UFRJ, senta lá e vê quantos negrinhos vão chegar lá pra estudar. Quantos negrinhos vão chegar de carro e quantos vão vir à pé... As oportunidades depois das cotas aumentaram muito, hoje em dia você já vê reportagem ai de negros que já conseguiram faculdade. Cada um que chegar a se formar é um passo que o negro dá, de modo geral, até economicamente” (Homem, Negro, Guarda Municipal)⁴.

As desigualdades inter-raciais que transcendem as fronteiras universitárias e se estabelecem no mercado de trabalho mereceu destaque nos repertórios dos entrevistados e foi apontada como forma de justificar a inclusão dos negros no ensino superior.

“Então, no caso das cotas, quando vão estabelecer cotas que permitam aos negros atingir a universidade de uma maneira diferenciada, então o pessoal corre pra dizer que isso é um preconceito ao contrário. Isso é dizer que eles não são iguais, não é isso? Mas eles não são iguais, socialmente não são iguais, tanto é que a gente vê que a grande maioria de negros e mulatos não ocupam nenhum posto de relevância...” (Homem, Negro, Advogado).

“... tem que ter mais... que deem mais oportunidades pros pretos (...). Eu acho que as empresas em si próprias tem que contratar mais pessoas de cores. Porque não são tantas assim. Acho que lojas, os lojistas... Loja de shopping é muito difícil você ter um preto trabalhando. Mulher... perfumaria, maquiagem... enfim, lojas de grife, você vê preto trabalhando? É ruim!” (Mulher, Parda, Auxiliar administrativo).

⁴ A autoria das citações apresentadas neste artigo está expressa a partir do sexo, autoclassificação racial e profissão do entrevistado.

Subjaz a esses discursos a ideia de que, pouco escolarizados e sujeitos ao preconceito de cor, os negros têm maior dificuldade para serem incorporados ao mercado de trabalho e quando o são, tendem a não alcançar as profissões de maior prestígio na estrutura ocupacional. Essa observação foi corroborada por estudo de Sergey Soares (2000), que desenvolveu uma pesquisa sobre discriminação racial no mercado de trabalho no Brasil. Soares não somente atestou a existência de discriminação racial no mercado como concluiu que a discriminação contra os negros é ainda maior quando estes ocupam cargos mais altos e mais bem remunerados na sociedade brasileira. Isso porque, no imaginário social brasileiro, o lugar tradicionalmente ocupado pelo negro é aquele relacionado a trabalhos manuais, sem grandes requisitos de qualificação, e em setores pouco dinâmicos da economia.

Embora tenha observado uma diminuição das desigualdades entre brancos e negros nos últimos anos, Marcelo Paixão (et. al., 2011) argumenta que estamos longe de superar as desigualdades históricas ainda marcantes entre esses grupos, o que, por sua vez, justifica a criação de políticas estratégicas para o combate às desigualdades inter-raciais e inclusão dos negros. Dados da PNAD (2013) corroboram tal conclusão e tornam clara a sobre-representação dos pretos e pardos nos quintos de rendimentos mais baixos da população, e entre aqueles com menor escolaridade. Pretos e pardos ainda são maioria entre os analfabetos, possuem média de anos de estudo inferior a de brancos e, quando o foco vai para o ensino superior, observa-se sobre-representação de brancos e indivíduos pertencentes aos mais elevados quintos de renda da população (PNAD, 2013). Isso fica claro para os entrevistados da pesquisa, sobretudo aqueles da classe trabalhadora.

“... geralmente, os negros, eles não têm muito estudo, ou porque não podem, ou porque os pais não deixam porque eles têm que trabalhar cedo pra poder sustentar a família” (Mulher, Negra, Encarregada de Serviços Gerais).

“... tu vai na universidade aí tu só vê filho de fulano e sicrano porque eles não têm dificuldade, não tem que trabalhar, né?! Eles acordam tarde, aí tá em casa, tem mais facilidade com as coisas né, um poder aquisitivo melhor...” (Homem, Pardo, Vendedor).

“Como te falei, todos são iguais em potencial, só que não têm as mesmas oportunidades. (...) Pra você chegar a uma UFRJ, UERJ, você tem que se preparar, e preparação requer dinheiro. Em alguns casos, o pessoal mal tem pra

se alimentar. Não estou dizendo só do negro, não, mas a grande maioria é negra” (Homem, Negro, Técnico de Computação).

Indo nessa mesma direção, Clarissa Baeta Neves (2012) argumenta que os negros são duplamente discriminados no Brasil: em razão da baixa qualidade do ensino básico acessado, tem maior dificuldade para acessar instituições de ensino superior públicas; e dado o baixo capital econômico da maioria, não dispõem de recursos para acessar as instituições de ensino privadas. Tal acúmulo de desvantagens, por sua vez, interfere negativamente em sua inserção no mercado de trabalho – um dos locais de maior tensão racial na sociedade brasileira, segundo Telles (2012). É para tentar reverter esse ciclo de desvantagens sociais e educacionais, e promover a democratização do acesso ensino superior que vagas nas universidades foram reservadas para esse grupo específico (Heringer et al., 2009).

“... as estatísticas mostram que os mais pobres é que frequentam as universidades pagas, e os mais pobres são os mulatos, os negros; as universidades públicas são de quem paga os melhores cursos” (Homem, Negro, Psiquiatra).

“... a grande maioria negra não tem acesso a um colégio privado, a maioria vem de colégio público e colégio público é uma boa porcaria que não dá base nenhuma pra uma prova de UERJ/UFRJ” (Mulher, Negra, Operadora de telemarketing em empresa de telefonia).

Os temas da desigualdade de oportunidades, da sub-representação dos negros no ensino superior, da baixa qualidade do ensino que acessam e de sua sobre-representação nas classes mais baixas da sociedade estão entre aqueles que mais claramente compuseram os repertórios dos homens e mulheres negros entrevistados na pesquisa, tantos os de classe média quanto os da classe trabalhadora, mas não necessariamente indicam adesão ou recusa imediata às cotas. De modo geral, o que orienta o discurso contrário é o peso colocado sobre os fatores econômicos e educacionais como responsáveis pelas desigualdades inter-raciais, ao passo que o discurso favorável é orientado pela consciência da exclusão histórica e do preconceito racial. Nesse caso, pode-se afirmar que os mesmos temas, portanto, são mobilizados para ratificar e defender opiniões opostas, como vemos adiante:

“Eu acho que o problema não é a cor e sim a condição que a grande maioria dos negros no Brasil estão submetidos, uma situação de pobreza, de pouco acesso ao estudo. Porque, também, coitado do branco que é pobre!” (Mulher, n/i⁵, Enfermeira).

“ ‘ah, o problema é a pobreza’! É a pobreza, mas tem um estoque enorme de pobreza que tem origem racial, pelo tamanho da exclusão que foi imposta aos negros brasileiros. Tudo bem, eu acho que você pode até fazer um misto... ‘Ah, e o branco pobre? O branco pobre também está em más condições socioeconômicas porque não tem acesso à educação, etc. e etc.’, então, você pode mesclar os dois conceitos. Mas eu acho fundamental pro Brasil do século XXI ter um aceno de que ‘Eu quero incluir a população negra’, sabe? Porque a gente ouve ‘Não’ desde sempre, sabe?” (Mulher, Negra, Jornalista).

Se entre os favoráveis às cotas raciais, a existência de racismo, preconceito e discriminação raciais compõem parte das justificativas para adesão a reserva de vagas, dentre os contrários, esses fatores são tomados como efeito da própria implantação dessa política, como podemos observar nas citações abaixo:

“Eu acho uma ignorância quem fez essa tal dessa lei, porque aí o negro vai ser sempre discriminado, até mesmo dentro das faculdades federais”. (Mulher, Negra, Vendedora em Farmácia)

“... acho que ele vai se sentir muito mais discriminado dentro da universidade se ele entrar sem condições. Eu questiono essas coisas de políticas para negros porque ressalta tanto a negritude, que acaba virando uma outra forma de discriminação. (...) a gente até pressupõe que o negro tem menos condições intelectuais” (Mulher, n/i, Enfermeira).

Tal argumento é ressaltado por autores como Fry e Maggie (2004) para os quais as ações afirmativas raciais podem ter efeitos contrários aos esperados, criando cisões raciais e tensões na sociedade. Vale destacar que foi expressivo o número de entrevistados – especialmente aqueles da classe trabalhadora – que apontou a reserva de vagas para negros como expressão de discriminação e preconceito racial, além de acirrar o racismo. Esse argumento se associa a outro, também muito recorrente, que diz

⁵ Autoclassificação racial não informada.

respeito ao receio dos entrevistados de que o negro seja tomado como *incapaz e inferior* aos brancos por *precisar* de cotas para ingressar no ensino superior.

“Tão chamando os negros de burros. (...) ‘vamos deixar essa cota aqui pros negros, pros burros que não tem condições de disputar com os brancos’... Por essa diferença aí, já tá sendo discriminado...” (Homem, Pardo, Policial Civil).

“... eu vejo como discriminação gritante! Eu acho que isso é discriminar, é pegar o negro e dizer assim (...) ‘Tadinho, coitadinho, toma essa cota aqui’” (Mulher, Negra, Auxiliar Administrativo).

“... então, é obvio que isso tem que começar da base e não abrir exceções e cotas pros ‘coitadinhos afro-descendentes’. Pelo amor de Deus, gente!” (Mulher, Negra, Guia Turística).

“Acho que isso aí é uma forma de discriminação. É reconhecer que você é inferior e tem que ser paternal com você” (Homem, Pardo, Economista).

Uma sensação subjetiva de inferioridade pode ser percebida nas entrelinhas dos discursos da população negra entrevistada – sobretudo aqueles da classe trabalhadora, como mencionado anteriormente. Uma sensação alimentada por uma cultura de discriminações e preconceitos de classe e cor que, por sua vez, os faz temer que medidas de inclusão como as cotas raciais possam alimentar o estigma da inferioridade que, segundo eles mesmos, aparece colado ao negro, em decorrência de anos de exclusão.

“De certa forma, é porque os pais falam isso, as pessoas falam isso, a sociedade fala isso, e acho que a maioria acredita nisso: que o negro é inferior. Até sistema de cotas na universidade... sou absolutamente contra isso porque... você está dizendo o que? Que o negro não tem capacidade de tirar uma nota igual ao branco, que ele é menos inteligente. Se falassem assim: ‘Não, chega de cota, cota é para o aluno da rede pública’. Isso é uma coisa, rede pública, não um negro. (...) Não é porque eu sou negra que eu sou menos inteligente que o branco, entendeu?” (Mulher, Negra, Operadora de Telemarketing).

“Ou seja, a gente gera uma possibilidade de uma geração que passe por cotas, que seja vista como incompetente, que tá ali por favores. Você é visto como incompetente. A questão da inferioridade, né?” (Homem, Negro, Funcionário Público do Judiciário).

A ideia do negro como incapaz e inferior aos brancos não é algo novo, tendo constituído as teses eugenistas do final do século XIX e início do XX (Silvério, 2002). A ideia da inferioridade do negro alimentava as teorias eugenistas que, por sua vez, incentivavam o branqueamento, a miscigenação como forma de superar a inferioridade biológica e mental associada à cor negra. Apesar da abolição da escravidão, da deslegitimação das teorias eugenistas e da industrialização da sociedade brasileira, o status inferior do negro, assim como o estigma que se criou atrelado à cor da pele persistiram, em razão do racismo presente na sociedade (Hasenbalg, 1979 apud Telles, 2012)

Em 2008, a mesma pesquisa Datafolha que concluiu que mais da metade da população brasileira aprova as cotas, apontou também que estas são vistas, ao mesmo tempo, como *essenciais* e *humilhantes*. Segundo o Instituto, 53% dos brasileiros acreditam que as cotas são humilhantes para negros, mas, ao mesmo tempo, 62% tomam a política como “fundamental para ampliar o acesso de toda população à educação”. Essa ambiguidade evidenciada pelo Datafolha também pode ser observada entre os negros entrevistados nesse estudo – sobretudo entre os da classe trabalhadora, como demonstra a citação abaixo.

Eu acho bacana porque é reservado um número de vagas pras pessoas negras mas, ao mesmo tempo, dá impressão que nós somos incapazes de conseguir e é meio complicado... porque eles reservam uma quantidade de vagas pros negros, aí dá a entender que a gente não tem capacidade de entrar na faculdade: ‘tem aquelas vaguinhas ali pra aqueles pobres coitados que não conseguem’. Então, ao mesmo tempo que acho importante as vagas, acho que o ideal é que a universidade fosse para todos, aí não precisaria de cotas. (Mulher, Negra, Trabalhadora Industrial).

O fato de serem os entrevistados da classe trabalhadora os que mais fizeram menção à questão da inferioridade em seus discursos pode estar associado à possível dupla discriminação sofrida por esse grupo, em razão da cor preta estigmatizada e do pertencimento às classes mais baixas na estrutura social. Esse fato poderia explicar o porquê dessa população (entrevistada) ser majoritariamente contrária às cotas, divergindo, portanto, dos resultados dos surveys nacionais.

O Brasil continua sendo um dos países mais desiguais do mundo, sendo seu sistema educacional um dos maiores responsáveis pelas desigualdades sociais (Telles,

2012). Dados da Pnad (2013) nos mostra que pretos e pardos representam um contingente expressivo dos mais pobres no Brasil – 51% dos pretos e pardos concentram-se nos dois primeiros quintos de renda e apenas 11,6% ocupam o último quinto. Dados como esses compõem o argumento de que a desigualdade racial no Brasil se deve em grande medida às diferenças em sua estrutura de renda, fazendo com que a população negra componha majoritariamente as classes pobres e trabalhadoras do país. No entanto, como aponta Edward Telles (2012), o fator econômico não é o único a responder pelas desigualdades inter-raciais, sendo a raça fundamental na determinação de quem ascende sócio e economicamente no Brasil. O sociólogo conclui, seguindo na mesma linha de Hasenbalg e Silva (2003), afirmando que a posição socioeconômica dos negros se deve tanto à classe quanto à raça, sendo essa última uma barreira considerada invisível e mais difícil, portanto, de ser transposta. Esse é um ponto que talvez ajude a compreender o porquê dos negros de classe trabalhadora entrevistados, em sua maioria, mencionarem a questão da inferioridade como justificativa para não aprovar, ou aprovar com ressalvas, a reserva de vagas para negros no ensino superior. Infere-se que a internalização de um status inferior, por pertencerem ao mesmo tempo à classe trabalhadora e uma minoria negra, tornem mais real para eles uma sensação subjetiva de inferioridade que os faz temer a criação de algo que possa tornar objetiva tal sensação.

Associada a essa discussão, observamos que a reprovação do sistema de cotas leva os entrevistados a defenderem a equidade entre brancos e não-brancos e o acesso às universidades por esforço e mérito dos negros, haja vista sua *igual capacidade e inteligência*.

“Acho que isso deveria ser uma igualdade pra todos, independente da cor de pele. Se você chegou, prestou vestibular e passou, você deveria entrar na faculdade, independente da cor de pele. O que deveria contar é a sua capacidade. Eu acho que não é porque é branco ou preto, a capacidade é que determina” (Homem, Negro, Vendedor).

O argumento do mérito e do esforço individual, constituintes do credo individualista, aparece nos discursos dos entrevistados ao mesmo tempo em que se reconhece a desigualdade de oportunidades entre brancos e negros. Seus discursos evidenciam que,

para esses entrevistados, as desigualdades inter-raciais não são estruturais, mas fruto da falta de esforço e vontade de alguns negros, reforçando o dado encontrado pelo Datafolha que mostra que “71% dos pretos concordam que, se um pobre trabalhar duro, melhorará de vida” (Datafolha, 2008, 5).

“Você tem que se capacitar, e muitos não querem se capacitar. Aqui no Brasil, tem essa cota de negros na Universidade, que eu particularmente sou contra. Eu acho assim, se você tem inteligência, tem vontade, tem esforço, você tem o mesmo... nada me diferencia de outra pessoa daqui. Então a mesma capacidade que ela tem eu tenho, então eu vou estudar e vou conseguir” (Mulher, Mulata, Médica).

A diversidade e a democratização do ensino superior; a reparação aos negros por seu passado de exclusão; e a importância da formação de uma elite negra no país estiveram presentes nos discursos dos entrevistados de classe média, tendo sido pouco lembrados por aqueles da classe trabalhadora. Frequentemente, em seus discursos, o argumento da promoção da diversidade cultural e da democratização do ensino superior aparece associado à possibilidade de acelerar a formação de profissionais negros; profissionais estes que comporão uma futura elite negra e que contribuirão para dissociar a imagem dos negros tanto do status de inferioridade que os acompanha, quanto das profissões menos prestigiosas na estrutura ocupacional.

“Você conseguir exatamente uma diversidade maior, um processo de inclusão maior... porque um dos caminhos dessa... do [combate ao] racismo é a questão da visibilidade, né? E o fato de você conseguir formar uma geração de profissionais de nível superior negros, eu acho que isso é de uma importância vital...” (Homem, Negro, Jornalista).

“Mas para que daqui a 15, 20 anos, que é o período mais ou menos que essas pessoas serão formadores de opinião, aí vão ter mais negros aí e, quando ele olhar o negro vestido de branco, ele não vai olhar a cor, ele não vai pensar que é um pai de santo, ele vai pensar que pode ser um médico. Quando ele ver um negro de terno, ele não vai pensar que é um segurança, ele vai pensar que pode ser um advogado.... por esse prisma, realmente, a política de cotas valeria. Porque, no aspecto legal, não tem como” (Homem, Negro, Advogado).

Por fim, a questão da *mistura*, da mestiçagem como elemento constituinte da sociedade brasileira, foi muito pouco reportada pelos entrevistados. Nos discursos em

que apareceu, cumpriu a função de justificar posição contrária às cotas, sob a alegação de que não se sabe *quem é negro e quem não é nesse país*, haja vista a mistura que nos caracteriza. Para elucidar tais argumentos, alguns entrevistados – de ambas as classes – fizeram menção ao caso dos gêmeos idênticos que prestaram o vestibular da UNB, tendo sido um deles considerado negro, e aprovado, e o outro branco, impedido de ingressar na universidade por cotas. A menção a esse fato serviu de base não somente para recusar a adoção das cotas raciais, mas para defender a melhoria do ensino básico público como forma de garantir a efetiva igualdade de oportunidades entre brancos e não brancos no Brasil.

Considerações Finais

Independente da opinião sobre as cotas raciais, o que vimos entre a população entrevistada, nesse estudo, aponta para resultados afins – senão aos surveys – mas às pesquisas qualitativas sobre as cotas no Brasil (Contins, 2004; Heringer et al., 2009; Machado, 2010; Paiva e Almeida, 2010; Paiva, 2013; Paixão et al., 2011). Os estudos empreendidos sobre o tema, ao abordar os argumentos mais recorrentes para justificar ou rechaçar o desenvolvimento de políticas de cotas raciais no ensino superior, acabam revelando os valores envolvidos em tais argumentos, o que, por sua vez, contribui com subsídios para pensar as relações raciais no Brasil. Com vistas a contribuir para essa discussão, esse artigo foi desenvolvido.

A população-alvo desse estudo consistiu apenas de pretos e pardos, pertencentes a duas classes sociais distintas. No entanto, essa delimitação não representou alterações significativas nos repertórios mobilizados pelos entrevistados, que se mostraram equivalentes àqueles apresentados nas pesquisas acadêmicas sobre as cotas – expostos no início desse artigo. As mesmas justificativas foram tomadas pelos homens e mulheres entrevistados, fossem eles de classe média ou trabalhadora. Não foram observadas também diferenças significativas em seus discursos com base na identificação racial ou gênero dos mesmos. Se não encontramos diferenças expressivas nos repertórios utilizados, observamos que alguns argumentos receberam importância diferenciada segundo a classe social. A questão da inferioridade, por exemplo, foi

amplamente lembrada e problematizada pelos negros da classe trabalhadora, sendo uma das mais recorrentes justificativas para a desaprovação das cotas raciais. Por outro lado, temas como a diversidade cultural e a democratização do ensino superior, assim como a importância de se formar uma elite negra no país foram mais reportados pelos profissionais de classe média. Notamos também que a desigualdade de oportunidades entre brancos e não brancos e o acesso desigual a bens sociais – como educação, por exemplo – se mostra como um fato para a quase totalidade dos entrevistados. O que se mostra diferente, no entanto, é a razão encontrada para essa desigualdade e as formas defendidas para combatê-la. E isso independe do grupo analisado. Parte dos respondentes focaram as desigualdades educacionais e de rendimentos como responsáveis pelo abismo social que separa negros e brancos no Brasil, sugerindo que medidas que permitissem diminuir esse hiato – como o investimento na qualidade da educação básica pública – seriam mais adequadas para resolver esse problema social. Outra parte dos respondentes, embora adiram à argumentação anterior e reconheçam a influência da classe sobre as desigualdades inter-raciais, acreditam que o fator raça exerce um peso que não deve ser negligenciado pelas políticas públicas nacionais. Em outras palavras, defendem os entrevistados que o racismo, assim como o preconceito e a discriminação raciais costuram as relações sociais no Brasil e, de forma velada – sombreada pelo véu das desigualdades de classes – impõe barreiras para a mobilidade social dos negros. Nesse sentido, a reserva de vagas no ensino superior seria justificada como forma de acelerar a formação de profissionais negros que, de outra maneira, não teriam condições de acessar o nível universitário de ensino.

Não obstante a correspondência entre os repertórios dos entrevistados nesse estudo e aqueles levantados pelos sociólogos e antropólogos estudiosos da questão, a comparação com os resultados dos surveys realizados pelo Ibope e Datafolha não foi de total equivalência. Ambos os institutos não somente atestaram a aprovação das cotas raciais por mais de metade da população como identificaram uma tendência a maior reprovção às cotas raciais conforme o aumento da renda familiar e da escolaridade dos indivíduos. O que observamos entre os casos selecionados da pesquisa foi justamente o contrário. Os entrevistados da classe trabalhadora, com nível médio de ensino, mostraram-se em maioria contrários às cotas raciais, ao passo que aqueles de classe

média – todos com ensino superior e ocupados em profissões de prestígio na sociedade – apresentaram maior simpatia com relação a reserva de vagas. Apesar da limitação desses resultados, visto a não representatividade da população-alvo, sugiro que a possível dupla discriminação sentida pelos trabalhadores – por serem ao mesmo tempo negros e de classe baixa – torna-os mais sensíveis à um status de inferioridade associado ao pobre e à cor negra, no Brasil. Como já referi, a não representatividade dos casos selecionados limita minha análise, mas ainda assim abre uma janela de possibilidades para a melhor compreensão das relações raciais, dos valores e estigmas que a costuram, além de jogar luz sobre as percepções dos próprios negros sobre as políticas públicas criadas para sua inclusão e para o enfrentamento das desigualdades inter-raciais no Brasil.

Bibliografia

CONTINS, Márcia. Estratégias de combate à discriminação racial no contexto da educação universitária no Rio de Janeiro. In: PAIVA, Angela Randolpho (Org.). Ação afirmativa na universidade: reflexão sobre experiências concretas Brasil-Estados Unidos. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio/Desiderata, 2004.

DATAFOLHA. Racismo confrontado. Folha de S. Paulo, 23 nov. 2008.

FERES JR., João; CAMPOS, Luiz Augusto. O “discurso freyreano” sobre as cotas raciais: origem, difusão e decadência. In: PAIVA, Angela Randolpho (Org.). Ação afirmativa em questão: Brasil, Estados Unidos, África do Sul e França. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

FRY, Peter et al. (Orgs.). Divisões perigosas: políticas raciais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FRY, Peter; MAGGIE, Yvonne. Cotas raciais: construindo um país dividido. Econômica, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 153-161, jun. 2004.

HASENBALG, Carlos Alfredo. Discriminação e desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HASENBALG, Carlos Alfredo; SILVA, Nelson do Valle (Orgs.). Origens e destinos – desigualdades sociais ao longo da vida. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

HERINGER, Rosana. Ação afirmativa e promoção da igualdade racial no Brasil: o desafio da prática. In: PAIVA, Angela Randolpho (Org.). Ação afirmativa na universidade:

reflexão sobre experiências concretas Brasil-Estados Unidos. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio/Desiderata, 2004.

HERINGER, Rosana; DE PAULA, Marilene et al. (Orgs.). Caminhos convergentes: estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: ActionAid e HBS, 2009. v. 1.

IBOPE, 2013. <http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Paginas/62-dos-brasileiros-sao-favoraveis-as-cotas-em-universidades-publicas.aspx> último acesso em 05/06/2015.

LAMONT, Michèle; MIZRACHI, Nissim. Ordinary people doing extraordinary things: responses to stigmatization in comparative perspective. *Ethnic and Racial Studies* (Print), v. 35, n. 3, p. 365-381, 2012.

MACHADO, Elielma Ayres. A invenção das cotas: políticas de ação afirmativa e os estudantes universitários. In: PAIVA, Angela Randolpho (Org.). Entre dados e fatos: ação afirmativa nas universidades públicas. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio/Pallas, 2010.

MAGGIE, Yvonne; FRY, Peter. A reserva de vagas para negros nas universidades brasileiras. *Estudos Avançados*, v. 18, n. 50, 2004.

MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. Política de cotas raciais, os “olhos da sociedade” e os usos da antropologia: o caso do vestibular da Universidade de Brasília (UnB). *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 181-214, jan./jun. 2005.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta. Ensino Superior no Brasil: expansão, diversificação e inclusão. Congresso da LASA (Associação de Estudos Latino-Americanos), São Francisco, Califórnia, maio, 2012.

NERI, Marcelo Côrtes (coord.) A Nova Classe Média. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2008. 85p.

PAIVA, Ângela Randolpho. Políticas públicas, mudanças e desafios no acesso ao ensino superior. In: PAIVA, Angela Randolpho (Org.). Ação afirmativa em questão: Brasil, Estados Unidos, África do Sul e França. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

PAIVA, Ângela Randolpho; ALMEIDA, Lady Christina de. Mudança no Campus: falam os gestores das universidades com Ação Afirmativa. In: PAIVA, Angela Randolpho (Org.). Entre dados e fatos: ação afirmativa nas universidades públicas. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio/Pallas, 2010.

PAIXÃO, Marcelo; ROSSETO, Irene; MONTOVANELE, Fabiana; CARVANO, Luiz. Relatório anual das desigualdades raciais no Brasil: 2009-2010. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

PNAD. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. IBGE, 2013.

RIBEIRO, Carlos Antônio da Costa. Desigualdade de oportunidades no Brasil. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

SILVA, Graziella Moraes da. Folk conceptualizations of racism and antiracism in Brazil and South Africa. *Ethnic and Racial Studies* (Print), v. 35, n. 3, p. 506-522, 2012.

SILVA, Graziella Moraes da; REIS, Elisa P. Perceptions of racial discrimination among black professionals in Rio de Janeiro. *Latin American Research Review*, v. 46, n. 2, 2011.

SILVA, Graziella Moraes da; REIS, Elisa P. The multiple dimensions of racial mixture in Rio de Janeiro, Brazil: from whitening to Brazilian negritude. *Ethnic and Racial Studies* (Print), v. 35, n. 3, p. 382-399, 2012.

SILVÉRIO, Valter Roberto. Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, n. 117, nov. 2002.

SMALL, Mario Luis. How many cases do I need? On science and the logic of case selection in field-based research. *Ethnography*, v. 10, n. 5, 2009.

SOARES, Sergei. O perfil da discriminação no mercado de trabalho: homens negros, mulheres brancas e mulheres negras. Texto para Discussão n. 769. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2000.

TELLES, Edward E. O Significado da Raça na Sociedade Brasileira. Tradução para o português de *Race in Another America: The Significance of Skin Color in Brazil*. 2004. Princeton e Oxford: Princeton University Press. Versão divulgada na internet em Agosto de 2012.